

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 11/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO

Presidente:	- <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i>
Vereadores Presentes:	- <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>
Membros Ausentes	- <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
Secretariou:	- <i>Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto</i> Jurista
Hora de Abertura:	- 15:00 horas
Local da Reunião:	- Paços do Concelho - Salão Nobre da Câmara Municipal

Antes da Ordem do Dia

Abertura da Reunião de Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Caras e Caros Vereadores, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, Dr.^a *Esmeralda*, Público presente. Boa tarde a todos. Breves notas e informações neste Período Antes da Ordem do Dia.

Dar nota que Mirandela foi palco do 13.º encontro do Grupo Português Amigos Pizzaiolo. O encontro, realizado no dia 3 de junho, no Parque do Império, foi organizado por um grupo de amigos, unidos pela paixão à arte de confeccionar pizzas que, desde 2012, promove *workshops* gratuitos, abertos ao público, a escolas e instituições. Com o principal objetivo de celebrar a amizade e sensibilizar as pessoas sobre a importância da solidariedade. A iniciativa já percorreu diversas localidades de norte a sul de Portugal, incluindo a ilha da Madeira, reunindo amigos e pizzarias de todo o país.

A Câmara Municipal de Mirandela, numa ação conjunta com várias entidades locais, deu início, no dia 5 de junho, a uma campanha de sensibilização e consciencialização, dirigida a comércios e a toda a população, contra o depósito indevido de lixo volumoso, também conhecido como “monstros”, em espaços públicos. A iniciativa, enquadrada na comemoração do Dia Mundial do Ambiente, contou com a participação da Associação Comercial e Industrial de Mirandela (ACIM), da Resíduos do Nordeste, EIM e da Polícia de Segurança Pública (PSP). A Câmara Municipal de Mirandela, disponibiliza, de forma gratuita, a recolha de monstros (frigoríficos, móveis, colchões, entre outros). De acordo com o Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela, com entrada em vigor a 13/07/2017, a deposição incorreta dos resíduos sólidos é punível com coima entre 25 euros e 14.816,60 euros, aplicável a pessoas singulares e coletivas.

Informar que a Câmara Municipal de Mirandela, em estreita colaboração com a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal de Juventude, organizou, no dia 5 de junho, a primeira Assembleia Municipal Jovem (AMJ) com o tema principal "O que eu posso melhorar na minha escola?". Esta ação teve como objetivo promover a participação ativa dos jovens na vida política e social do concelho. Esta assembleia inaugural contou com a representatividade de todas as escolas públicas e privadas do concelho e centros de formação. A Assembleia Municipal Jovem de Mirandela pretende ser um espaço de reflexão e debate entre crianças e jovens, servindo como reforço democrático e sustentando-se numa real implementação de políticas mais orientadas para as necessidades dos cidadãos mais novos do concelho. A próxima Assembleia Municipal Jovem acontecerá em dezembro de 2024. Quero agradecer a participação de todas as entidades envolvidas e a estes jovens mirandelenses.

Informar ainda que, a Câmara Municipal de Mirandela, através da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola (EMEIA), com a colaboração dos Serviços de Turismo, organizaram uma visita à Feira Nacional de Agricultura. A Feira Nacional de Agricultura realiza-se de 8 a 16 de junho em Santarém e é considerada uma das maiores feiras agrícolas da Península Ibérica, este ano dedicada à Pecuária Extensiva. Esta Feira é bastante visitada por mirandelenses, quer empresários ligados à área agrícola e pecuária, quer pequenos agricultores e outros grupos. Durante os vários dias do certame, os visitantes têm a possibilidade de contactar com o setor agrícola português em todas as suas vertentes, como maquinaria,

equipamentos, serviços, fatores de produção e também produtos agroalimentares resultantes de boas práticas agrícolas, proporcionando a troca de conhecimentos e o estabelecimento de possíveis parcerias. É com muito agrado que apoiamos esta iniciativa.

Tinha ainda duas ou três informações a dar, que poderão ser já informadas neste Período Antes da Ordem do Dia.

Ainda não temos o parecer da Comissão Nacional da Proteção de Dados. De qualquer forma, foi pedido um parecer ao advogado da Câmara Municipal, em relação à seguinte questão:

O trabalhador *Eurico José Lopes Montanha de Moraes Carrapatoso* exerceu a atividade de advocacia desde novembro de 2017 até novembro de 2023, é Presidente de Junta de Freguesia desde outubro de 2017, entidade também responsável por tratamento de dados, e frequentou também o curso de Encarregado de Proteção de Dados com duração de 105h. O Dr. *Eurico Carrapatoso* é a pessoa designada para Encarregado de Proteção de Dados, tendo em conta que exerce as funções de Presidente de Junta de Freguesia, ao que foi respondido o seguinte:

“1. Determinam os n.ºs 5 e 6 do art.º 37.º do RCPD que:

- O Encarregado da Proteção de Dados é designado com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções referidas no artigo 39.º.

- O Encarregado da Proteção de Dados pode ser um elemento do pessoal da entidade responsável pelo tratamento ou do subcontratante, ou exercer as suas funções com base num contrato de prestação de serviços.

2. Por sua vez, o n.º 5 do art.º 12.º da Lei n.º 58/2019 determina expressamente que "Cabe a cada entidade a designação do encarregado de proteção de dados, não sendo obrigatório o exercício de funções em regime de exclusividade".

3. Consequentemente, face ao Regime Legal de Proteção de Dados não há qualquer impedimento em que quem seja Presidente da Junta de Freguesia seja designado como responsável pela proteção de dados no Município onde é funcionário.

4. Por sua vez, de acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, os Presidentes das Juntas de Freguesia a meio tempo podem exercer em acumulação outras funções, públicas ou privadas, pelo que por este prisma também não há qualquer impossibilidade de se ser designado como responsável da proteção de dados do Município, ficando sujeito aos deveres e obrigações que a lei assinala a quem assuma tal qualidade.”

Resolvemos trazer este parecer uma vez que não sabemos quando irá ser rececionado o da Comissão Nacional da Proteção de Dados.

Por outro lado, temos outro parecer que diz respeito à questão das Reuniões de Câmara e, face à questão colocada, cumpre informar o seguinte:

“1. A lei não deixa na discricionariedade da Câmara o número de reuniões que este Órgão tem, no mínimo, de efetuar, impondo que semanalmente, ou, pelo menos, quinzenalmente, haja uma reunião.

2. Trata-se de uma solução que tem a sua razão de ser, mas que na verdade pode levar ao ponto de se estar a marcar uma reunião quando não haja qualquer assunto a tratar, sobretudo quando em causa esteja um Município de pequena dimensão.

3. Contudo, face ao disposto na lei, temos por certo que o incumprimento de tal periodicidade constitua uma ilegalidade que pode ser suscitada por qualquer Membro do Órgão, sendo certo que também nos parece que tal ilegalidade ficará sanada, se e na medida em que, na reunião seguinte nenhum dos Membros do Órgão suscitar essa mesma ilegalidade.

4. Para além disso, o incumprimento de tal formalidade, quando esporádica e eventualmente mesmo justificada, não tem quaisquer consequências assinaladas pela própria lei, não passando de uma irregularidade que até pode ser sanada pela marcação de uma reunião extraordinária.

5. Em suma, ocorreu uma irregularidade na periodicidade da convocação das Reuniões do Executivo, devendo assegurar-se que para o futuro tal não voltará a suceder ou, pelo menos, não voltará a suceder sem que seja apresentada uma justificação aceite, previamente e por escrito, por parte de todos os membros do Executivo.”

Efetivamente isto já era uma prática ao longo dos últimos anos, julgo eu. Sempre foi assim, de qualquer forma está esclarecido.

Na última reunião de Câmara, em que eu não estive presente, foram solicitados os relatórios da inspeção. Optamos por fazer impressão porque são mais visíveis as situações.

Só dizer que está aberto um procedimento para o arranjo das inconformidades que foram identificadas. Estamos a falar de 90 mil euros mais IVA. Nós temos inspeções regulares aos parques infantis, a entidade acreditada para fazer estas inspeções anuais é essa empresa e, portanto, temos agora de avançar o mais rapidamente possível com o procedimento.

Entretanto temos de fazer uma alteração orçamental, não tínhamos acomodado esse valor, pelo qual fomos surpreendidos e, por isso, tínhamos menos valor disponível, pelo que temos de fazer uma alteração orçamental, que irá decorrer no mês de junho.

Para já é tudo, estou disponível para todas as questões que eventualmente queiram colocar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Dr.ª *Esmeralda*, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, público presente.

Começo, naturalmente, por agradecer o relatório que nos é fornecido. Se é necessário fazer uma alteração orçamental, nós também estamos cá para aprovar e para apoiar para resolver esta questão, o importante é que se resolva e muito obrigado ao Executivo.

Em relação aos assuntos que a Senhora Presidente nos trouxe, eu gostava de deixar aqui algumas sugestões, e naturalmente solidarizar-nos com todos eles, são iniciativas importantes.

Em relação ao encontro de Pizzaiolo, eu vi este encontro e pensei “ Que bom que era se nós pudéssemos aproveitar esta oportunidade, falar com eles, falar com a organização a que eventualmente eles pertençam, e trazê-los para ajudar a divulgar e a promover os nossos produtos locais”.

Já há estabelecimentos comerciais na nossa localidade que produzem pizzas com alheira, com os nossos enchidos. Devemos aproveitar iniciativas como esta para promover as pizzas com produtos da nossa terra. Eu como muitas vezes pizza com pasta de azeitona, com doce de figo, com alheira. Portanto, é uma excelente iniciativa. Se nós pudermos aproveitar estas iniciativas para valorizar os nossos produtos seria excelente.

Em relação à Assembleia Municipal Jovem, houve uma coisa que eu estranhei, que foi o facto de eu não ver nenhum Partido da Oposição. Eu vi lá um membro do PSD, mas não sei se se criou a réplica, as respostas, as intervenções de parte a parte dos partidos. Faria sentido se investíssemos nisso para eles também verem, realmente, a forma como se discutem as questões na Assembleia Municipal. Do que foi tornado público, não fiquei com a ideia que isso tivesse acontecido.

Em relação ao Encarregado de Proteção de Dados, eu quando levantei aqui essa questão nunca disse que era ilegal, porque eu tenho noção de que não é ilegal. Eu falei da questão ética, não falei na questão da legalidade.

Relativamente às Reuniões de Câmara, se foi cometida uma irregularidade, foi uma irregularidade que é inconsciente. Não houve prejuízos para o Município, não houve nada e, portanto, daqui para a frente faremos aquilo que tivermos de fazer para que não se volte a repetir.

Tenho duas questões que eu gostaria de ver esclarecidas, que tem a ver com a praia da Zona Verde. Nós vemos que este ano foi atribuída a Bandeira de Ouro. Eu pergunto se a Bandeira Azul foi atribuída, ou se não houve candidatura?

Na Bandeira Azul nós temos, essencialmente, quatro critérios:

- A informação e a educação ambiental. Se no ano passado estava cumprido os requisitos, este ano também parece estar, uma vez que as condições parecem ser as mesmas;
- A qualidade da água. E essa qualidade de água é, também, um critério tido em conta para a atribuição da Bandeira de Ouro;
- A questão ambiental e do equipamento, que penso que também se mantém do ano passado para este ano;
- A segurança e os serviços de apoio, que penso que também se mantêm.

Penso que a única semelhança entre a bandeira de Ouro e a Bandeira Azul é a qualidade de água. Se a qualidade de água está assegurada para a Bandeira de Ouro e, mantendo-se os demais critérios, eu pergunto por quê que este ano não foi atribuída a Bandeira Azul?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tem a Bandeira Azul. Para além da Bandeira Azul, tem a Bandeira de Ouro. Tem as duas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu não tinha essa noção. Fiquei com a ideia que só tinha a Bandeira de Ouro, e não tinha a Bandeira Azul. Se tem a Bandeira Azul, a minha questão está esclarecida.

A outra questão tem a ver com o licenciamento. Nas últimas duas semanas têm-me chegado “ecos” de que há licenciamentos que estão atrasados três, cinco anos. E, inclusivamente, chegou-me o “eco” de que o *Nopaper* tem tido alguns problemas para funcionar, porque os problemas que havia na tramitação dos processos em suporte físico transitaram para o *Nopaper*.

Também me relataram que vai haver um novo sistema de gestão a tratar dos processos, até a nível nacional, e que eventualmente essa questão até poderá ser facilitada através da implementação dessa plataforma.

E reportaram-me outra coisa, estamos a falar de pessoas na área, de arquitetos e de engenheiros que trabalham diretamente com este assunto, que me reportaram recentemente que teria sido pedido apoio à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros para analisar processos de licenciamento que estavam atrasados, já com atrasos muito significativos.

Eu perguntava se isto é verdade, e a ser verdade, a existirem estes atrasos e a existir necessidade de recorrer a outras Câmaras para que nos apoiem, o que é que vai ser feito, uma vez que o licenciamento é fundamental para o desenvolvimento do concelho, para a instalação de empresas, para a criação de receitas. E eu perguntava especificamente, a serem verdades estas questões, o que é o Executivo em funções está a pensar fazer para solucionar esta questão?

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Dr.ª *Esmeralda*, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, público presente.

No seguimento da atribuição da Bandeira Azul, eu gostaria de perguntar à Senhora Presidente da Câmara se existe segurança nas praias fluviais que foram instaladas ao longo do rio Tua, do rio Rabaçal e do rio Tuela, se está garantida a segurança das pessoas, se está garantida a supervisão de um nadador salvador em todas elas. Também quero fazer uma intervenção relativamente à Festa, porque há aí umas dúvidas muito grandes.

Gostaria de saber qual é o Orçamento que a Câmara Municipal de Mirandela disponibilizou para a parte profana, para a parte Sagrada também, e gostava de ser esclarecido onde irá decorrer as atividades, porque há muita gente aí na praça que me pergunta. Uns defendem que é para o lado direito, outros defendem que é para o lado esquerdo, outros fazem uma confusão tremenda. Portanto, a população não sabe muito bem onde vai ser a organização da Festa este ano, uma vez que o modelo mudou, o modelo é novo, o paradigma, até então está, pelos vistos, gasto e acho que deve mudar, se está mal deve ser avaliado e mudado. Gostaria que me respondesse, e clarificasse os mirandenses, acerca da organização da Festa deste ano.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Agradeço as questões que foram colocadas.

Começo pela primeira questão que diz respeito ao encontro dos Pizzaiolo. Esta é uma iniciativa privada, que envolveu dois Pizzaiolo de Mirandela. Houve uma parceria com a Junta de Freguesia. Todos os mirandenses que passavam na iniciativa poderiam provar. Não foi muito divulgada porque, também, eles não tinham condições logísticas para fazer muito mais do

que aquilo que foi feito. Agradecemos a todos os mirandenses, aos Pizzaiolos que estiveram nesta iniciativa, um deles foi o grande mentor e já participa há muitos anos neste grupo e dizer que estamos a preparar uma iniciativa com os produtos locais, dentro da temática pizzas, temos a piza de Mirandela, e já existem muitas pizarias que têm a piza de Mirandela e, portanto, temos um grande Pizzaiolo que vai fazer aqui um *workshop* dedicado, especificamente, aos produtos locais de Mirandela. É uma situação que está já há algum tempo a ser preparada, antes ainda desta iniciativa, e julgo que vai ser uma iniciativa importante, até porque o interesse é o escoamento dos nossos produtos.

Ficamos a saber que o nosso azeite é um dos mais utilizados nestas pizarias no país e, portanto, isso é importante e é importante, também, para o escoamento dos produtos locais.

Esta iniciativa também serviu de benefício para a Cruz Vermelha, para ajudar famílias financiadas do concelho, também este cariz social é um aspeto importante deste encontro de empresários desta área.

Relativamente à Assembleia Municipal Jovem, há duas informações que julgo que são importantes.

Esta Assembleia Municipal Jovem foi trabalhada pelo Conselho Municipal de Juventude e também com a participação da Assembleia Municipal. Acontece que, até ao final do ano letivo, só havia esta data para fazer esta Assembleia Municipal Jovem, porque depois os jovens entram de férias, e não pôde estar presente o nosso Presidente da Assembleia Municipal nem nenhum membro da Mesa. Entretanto, quem esteve presente foram os representantes dos partidos no Concelho Municipal Jovem.

Esta foi a primeira Assembleia Municipal Jovem, foi um teste piloto, em que todas as escolas tiveram de eleger os seus representantes, foi eleita uma Mesa, um Presidente e os Secretários. O critério de escolha foi um bocadinho por voluntariado. Portanto, foi uma iniciativa interessante, houve muitas propostas, vai ser feita uma Ata, há um regimento da Assembleia Municipal Jovem, que foi preparada em conjunto pelo Concelho Municipal de Juventude e também pela Comissão Permanente e dos elementos indicados para a Assembleia Municipal. Portanto, foi interessante, julgo que esta segunda será mais interessante ainda, pois já vai haver uma organização diferente, mesmo os próprios jovens que participaram, apesar de idades diferentes, tinham preparado algumas questões, e penso que foi interessante pela participação que teve. É um assunto que toca a todos, e que toca a todos que estão na escola e, portanto, dar os parabéns para a organização, penso que todos gostaram. E todos estiveram envolvidos na apresentação de propostas.

Relativamente ao Encarregado de Proteção de Dados, julgo que de alguma forma nós também termos alguma obrigação de pensarmos na política e na representação política como um direito. Eu não considero que seja eticamente reprovável, porque se o considerasse também não o proporia. Eticamente, seria alguém que não tivesse os princípios éticos de acordo com a função.

Em relação às Reuniões de Câmara, sinceramente não considero que foi de forma inconsciente, foi racional. Nós, por uma questão até financeira, se não havia assuntos para tratar, racionalmente, o bom senso diria que seria para adiar a própria reunião. Não sendo possível, obviamente que vamos cumprir com aquilo que está determinado.

Relativamente à praia da Zona Verde, este ano tivemos a Bandeira Azul mas também tivemos a Bandeira de Ouro e a Bandeira de Praia Acessível. A Bandeira de Ouro é um galardão promovido pela QUERCUS, que avalia exclusivamente a qualidade da água balnear. Há determinadas situações, não quer dizer que a água não esteja de qualidade, mas tem uns parâmetros mais exigentes sob o ponto de vista da qualidade da água. Portanto, julgo que foi importante esta bandeira para a praia fluvial.

No que concerne ao licenciamento, embora não esteja aqui o Vereador que tem a competência legada do licenciamento e da parte do Urbanismo, posso dizer o seguinte: Quando se diz que alguns processos demoram de três a cinco anos, eu não sei que processos são. Qualquer trabalhador, Técnico Superior e todos os Serviços Administrativos que trabalham nesta área, sabem que um processo pode demorar mais tempo ou menos tempo, dependendo do processo. Ou seja, se cumprirmos tudo aquilo que está no PDM, no RJUE e todas as condições legais, demorará menos tempo. Quando demora mais tempo, eventualmente, será o pedido de informações, esclarecimentos, aditamentos ao processo e, portanto, acredito que seja assim.

Neste momento, aquando a saída de um Arquiteto, tivemos algumas questões porque tínhamos uma Arquiteta que ainda estava em fase de aprendizagem e em fase de consolidação. Apesar de nós aprendermos todos os dias, acredito que esta matéria é uma matéria muito densa. Estamos, atualmente, num processo de *simplex*, que veio alterar muito daquilo que é a nossa legislação no Urbanismo, pelo que, efetivamente, houve um pedido de apoio a outras Câmaras, a nossa Arquiteta foi esclarecer algumas dúvidas com outros Municípios. Pareceu-nos que seria mais que legítimo, porque também acontece isso com outras Câmaras em relação à Câmara Municipal de Mirandela e, portanto, numa questão de solidariedade entre as Câmaras, nós fazemos isso e até acho que é uma prática que devíamos aprofundar e fazer mais no âmbito da CIM-TTM. Vou-lhe dar uma experiência que nós temos no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente, que é na parte cultural, em que nós temos serviços a funcionar na parte da qualidade. Os nossos trabalhadores são Auditores Internos na Associação de Municípios para fazer auditorias noutras Câmaras, e os das outras Câmaras das Associações de Municípios vem aqui à nossa fazer auditorias. Isto é uma forma de também aprendermos, sabermos como é que estão a funcionar as outras Câmaras e, portanto, haver alguma aprendizagem.

Neste momento, nós temos mais um Engenheiro Civil na parte de Urbanismo e vai entrar, por mobilidade, outra Engenheira Civil. Relativamente à arquitetura, temos um processo de recrutamento. Evidentemente, sendo temas muito densos, e sabendo todos nós das várias questões subjacentes a esta temática do Urbanismo, sabemos que são processos que devem ter muita cautela. Durante o período de férias do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* eu assumo a pasta do Urbanismo e passamos muitos processos, sendo que muitos deles são informados em dois, três dias. Portanto, depende da complexidade, depende daquilo que é o próprio processo em si e daquilo que o requerente apresenta. Aquilo que a Divisão tem feito é fazer atendimento para ir explicando aos projetistas, aos donos dos projetos e aos donos das obras quais são as melhorias a fazer no próprio projeto. Isso é uma questão fundamental, haver aqui uma sintonia entre aquilo que é o conhecimento do dono do projeto, do dono da obra, do projetista e do avaliador do projeto na Câmara Municipal de Mirandela. Julgo que tem havido um esforço muito grande por parte dos Técnicos e de toda a Divisão para cumprir prazos, porque felizmente temos tido muitos processos para análise, e isso também quer dizer investimento, e também quer dizer desenvolvimento.

Relativamente ao Senhor Vereador *Francisco Sousa*, dizer que quando estão classificadas como praias fluviais têm que ter nadadores salvadores.

Em relação ao Orçamento, temos feito abertura de concursos públicos na base VORTAL, pois tudo tem de passar na Contratação Pública, para a iluminação, concertos, fogo-de-artifício, *riders* técnicos, comunicação, entre outros. A nossa previsão andaria à volta dos 300 mil euros. Não estamos a incluir as despesas com a segurança, houve aqui uma repartição de atividades, de competências e de responsabilidades. Houve um protocolo que foi assinado, julgo que até veio aqui à Reunião de Câmara, entre a Confraria, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Mirandela. A Câmara Municipal de Mirandela ficou com uma responsabilidade, a Junta de Freguesia com outra e a Confraria ficou com a parte Religiosa. A Câmara Municipal de Mirandela ficou com a responsabilidade dos espetáculos, do fogo-de-artifício, da iluminação e comunicação. A Junta de Freguesia ficou com a parte dos terrados, organização dos terrados, a segurança operacional, limpeza e os concertos do Parque Império.

Relativamente à população, nós estamos à espera dos concursos estarem todos fechados para fazer a apresentação global das Festas. Porquê que foram tomadas as decisões que foram tomadas de deslocalização? Eu recorro que a Feira da Alheira também tinha um modelo que depois nós alteramos e prolongamos pela cidade.

Este modelo foi um modelo que, já no ano passado, após a festa, tivemos um relatório bastante exaustivo por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP) no sentido de aumentar as condições de segurança, e é uma questão que nos preocupa muito. Acreditem que as questões de segurança em qualquer festa popular, arraial, é uma questão que nos preocupa muito, pois a sensação de estarmos seguros é das coisas mais importantes que temos.

Temos que estrar em linha de conta com a questão da nossa Zona Verde. A Câmara Municipal de Mirandela investiu muito dinheiro na recuperação do relvado. O relvado foi utilizado na perspectiva de que as obras estariam a decorrer e, portanto, não podíamos usar de todo a parte do Santuário, mas as festas da Nossa Senhora do Amparo sempre decorreram naquela localização. Portanto, este ano vai se mudar um pouco o modelo das festas. Obviamente que quando se testa um modelo não temos a noção de como vai resultar. Julgo que se todos contribuirmos para que resulte bem, vai resultar bem e acho que, aquilo que lhe posso dizer, é que relativamente ao piso e a tudo aquilo que é património da Câmara e que é património dos mirandelenses, é que as coisas são para serem usadas, e para usufruirmos de tudo aquilo que aquele Santuário e que essa reabilitação nos trouxe.

A única preocupação que nós tivemos na altura foi avaliar o ruído pela proximidade do Hospital. Não nos foi transmitido que haveria mais ruído do que aquilo que existia na Zona Verde. São alguns dias de algum ruído extraordinário, face ao normal, mas também sabemos que há muitos anos que celebramos a Festa em Honra da Nossa Senhora do Amparo e as Festas da Cidade e, por isso, temos que o fazer o melhor que sabemos e o melhor que pudermos, investindo aquilo que julgamos ainda não ser suficiente mas que, tenho a certeza, de acordo com as necessidades, vamos estar à altura daquilo que são as exigências das festas.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Senhora Presidente, atendendo aos números feitos nos anos anteriores, nós temos aqui um Orçamento cabimentado na ordem de quatro vezes mais. Portanto, estamos a falar em mais 300 mil euros do que se gastou no ano passado. Será que esse dinheiro se vai converter e se vai traduzir em qualidade na nossa Festa? Atendendo a que o modelo mudou, naturalmente também tem de mudar os números. Mas, no ano passado, e em anos anteriores, a Festa estava à responsabilidade da Confraria. Este ano decidiram, não sei se mal se bem, mas decidiram, e o que interessa é decidir. De facto, o modelo é experimental, e tem sempre que ser afinado ao longo do tempo, naturalmente, mas eu estou com algum receio, e pergunto-lhe, se esses 300 mil euros a mais são convertidos para a satisfação, para a vivência da nossa Festa, para o enriquecimento da nossa Festa, e se irão ser visíveis? Também lhe pergunto, Senhora Presidente, naturalmente também financiou a parte Sagrada, qual foi o financiamento que deu à parte Sagrada? À Confraria?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Cerca de 25 mil euros. Há duas coisas que quero que o Senhor Vereador fique a saber, para não considerar que isto está a ser feito de alguma forma que não entende. Quem decidiu que já não tinha condições para organizar a festa, e que foi transmitido à Câmara Municipal de Mirandela, foi a Confraria. Naturalmente que as exigências sob o ponto de vista das condições são cada vez mais rigorosas, quer seja sob o ponto de vista da globalização dos terrados, quer seja sob o ponto de vista das questões ambientais. Houve várias preocupações em relação à utilização dos copos, os copos têm de ser reciclados, havia determinadas situações que tínhamos de avançar. Repare, eu não sei quais são as contas, mas julgo que o Orçamento da Confraria no ano passado era de cerca de 270 mil euros. Eu dei uma aproximação de um número, eu não sei exatamente qual é o valor que nós podemos contabilizar, por exemplo, para os Recursos Humanos, que no ano passado não foi contabilizado, está tudo no Orçamento.

Uma Festa da grandiosidade da Nossa Senhora do Amparo tem um retorno financeiro inegável, considerando a restauração e tudo que são equipamento de diversão. Mas também tem um retorno, sob o ponto de vista social, considerável. Ou seja, não organizar a Festa da Nossa Senhora do Amparo era, julgo eu, um “crime” que se fazia a Mirandela. Portanto, a Câmara Municipal de Mirandela assumiu a sua responsabilidade, a Junta de Freguesia de Mirandela assumiu a sua responsabilidade. No concelho organizam-se centenas de festas na altura do verão quando vêm os nossos emigrantes e, portanto, o facto de Mirandela, como outras terras, estarem a integrar em si mesmo as organização das festas é uma evolução natural das sociedades e da forma como nós nos organizamos nestes eventos, que são cada vez mais exigentes sob o ponto de vista da segurança, da questão ambiental, da questão estrutural e da resposta que temos que dar. Obviamente, é um esforço muito grande por parte de todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela, tem sido um esforço muito grande por parte da Contratação Pública porque, obviamente, a Confraria não era obrigada à Contratação Pública, mas nós somos obrigados e, portanto, vamos fazendo concursos. Isso faz com que haja o procedimento administrativo inerente ao próprio concurso, que também resultará na diminuição do valor, julgamos nós, daquilo que são as contratualizações. Felicitar todos os trabalhadores, porque depois passamos a uma fase de trabalho operacional, em conjunto com a Junta de Freguesia de Mirandela, relativos à manutenção e à limpeza. Sabemos bem que é muito exigente, mas também se não fosse assim não seria para nós.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Senhora Presidente, eu fiquei com a ideia que se o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela não tomasse a iniciativa de ficar com a festa, ela não se fazia. Foi aquilo que deixou transparecer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A Confraria não tinha condições, porque tem uma Comissão Administrativa, para organizar a festa em Honra da Nossa Senhora do Amparo. Houve eleições, não houve lista concorrente...

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Eu vou recordar, no ano passado foi atribuído um subsídio de 98 mil euros para a Confraria. Este ano já temos um orçamento de 400 mil euros. Se transferirem 400 mil euros para a Confraria, de certeza absoluta que temos festa!

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu não disse 400 mil euros, eu disse 300 mil euros. Mas o Senhor Vereador está aqui a dizer o quê? Quer que a festa seja feita pela Confraria?

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse:
Não estou a dizer nada! Só quero perceber se o diferencial vai modificar muito a realização da festa, se vai proporcionar aos mirandelenses uma festa diferente e de outro nível que justifique esta diferença. É isso que eu estou a tentar perceber.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Os dados que temos neste momento, não quer dizer que não venham a subir, são 270 mil euros. Para 300 mil euros, são 30 mil euros. É, naturalmente, questões que podem estar relacionadas com os artistas, ou com os *riders* técnicos ou com a subida exponencial de algumas situações que, evidentemente, podiam ter ...o quê?

----- O Senhor Vereador *VÍTOR CORREIA* disse: Acho que está a haver aqui um lapso, sobretudo de análise. O Município de Mirandela nunca deu só à Confraria Nossa Senhora do Amparo o que está no contrato de programa. É bem que nós tenhamos em linha de conta que tudo que são a logística associada ao evento, desde da limpeza, dos WC's, tudo isso sempre foi da responsabilidade do Município de Mirandela, que hoje estamos a contabilizar e que antigamente não se contabilizava. É que é fácil só contabilizar algumas coisas, quando o Município tem a responsabilidade de outras. Portanto, a Confraria nunca teve só o valor do contrato do programa, teve também o apoio logístico, que custa dinheiro, e que era o Município que assumia e que agora também está a assumir.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Aliás, como qualquer festa que se organize no concelho, as Juntas de Freguesia tem o apoio logístico da Câmara Municipal de Mirandela. Uma das tarefas que está a ser solicitada na parte financeira é, evidentemente, valorizar todo o valor que é gasto, o valor da logística das tendas, o valor da logística de recursos humanos envolvidos. Ou seja, muitas vezes, e isto fazendo este exercício, por exemplo, às festas da Associação de Estudantes do IPB, nós contabilizamos sempre o valor que gastamos na logística associada à organização dos eventos, e obviamente que aqui também temos que o fazer.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Ainda bem que eu fiz a pergunta, porque teve a oportunidade de justificar, Senhor Vereador. Está quantificado, também, os serviços prestados pela Câmara.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01/- – Justificação de Falta.

----- A Senhora Jurista *Esmeralda Pinto*, autorizada a intervir disse: o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* não pode estar presente por motivos pessoais e a Senhora Vereadora *Nélia Pinheiro* não pode estar presente por motivos de saúde.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* e da Senhora Vereadora *Nélia Pinheiro*.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01/- – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 05 de junho, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 10/2024

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 31 de maio e 05 de junho de 2024.

Autorizações de Utilização Deferidas

15/24 – Francisco José Magalhães Oliveira - Habitação – Retiro da Princesa do Tua lote 126 - Mirandela;
20/24 – Jaime Manuel Correia – Habitação – Lugar do Castilhão – Mascarenhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02/- – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas e a Listagem dos Contratos de Aquisição de Serviços, atualizados em 06 de maio, que se dão por reproduzidos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/03/OA – Proposta de Prorrogação do prazo de conclusão do Plano de Urbanização de Mirandela.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pela Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 07/06/2024, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Prorrogação do prazo de conclusão do Plano de Urbanização de Mirandela

A Câmara Municipal deliberou em 15/07/2021, o início de procedimento de elaboração do Plano de Urbanização de Mirandela, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, adiante abreviadamente RJGT, fixando em 24 meses o prazo de conclusão do mesmo, conforme Aviso n.º 16621/2021, de 1 de setembro, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 170;

Considerando que o Plano de Urbanização (PU) desenvolve e concretiza o Plano Diretor Municipal e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais, encontrando-se, assim, os trabalhos respeitantes ao PU em desenvolvimento em estreita articulação com os trabalhos respeitantes ao PDM;

Considerando, ainda, que o PDM de Mirandela encontra-se em fase avançada da sua de 2.ª Revisão, com prazo de conclusão estabelecido para dezembro de 2024;

Torna-se, pois, necessário articular a elaboração e revisão destes dois planos municipais com vista a que o PU concretize a política de ordenamento do território e de urbanismo definidas no PDM;

Pelo exposto, em consonância com o previsto no n.º 6 e n.º 7 do artigo 76.º do RJGT e com os princípios da boa administração e da proporcionalidade previstos nos artigos 5.º e 7.º do C.P.A., impõe-se que a Câmara Municipal delibere declarar a não caducidade do procedimento relativo ao PU, com aproveitamento dos atos e formalidades praticados no âmbito do mesmo e, simultaneamente, delibere a prorrogação por um período igual de 24 meses, contados da data da conclusão do prazo inicialmente estabelecido, ou seja, prorrogação até 1 de Setembro de 2025.

Neste sentido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 6 e n.º 7 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, declarar a não caducidade do procedimento relativo à elaboração do Plano de Urbanização, com aproveitamento de todos os atos e formalidades praticadas no âmbito do mesmo, bem como delibere, com efeitos retroativos, a prorrogação do prazo de elaboração do PU, pelo período de 24 meses, ou seja, até 1 de Setembro de 2025 e posterior publicação e divulgação nos termos legais.”

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Esta proposta é só uma proposta de conformação de prazos, certo?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Certo!

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Declarar a não caducidade do procedimento relativo ao PU, com aproveitamento dos atos e formalidades praticados no âmbito do mesmo;**
- 2 - Aprovar com efeitos retroativos, a prorrogação do prazo de elaboração do PU, pelo período de 24 meses, ou seja, até 1 de Setembro de 2025 e posterior publicação e divulgação nos termos legais.**

04/03/OA – Proposta de Redução do preço de utilização diária por crianças e jovens na piscina municipal descoberta.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vereador *VITOR CORREIA* em 07/06/2024, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Redução do preço de utilização diária por crianças e jovens na piscina municipal descoberta.

Considerando que durante o período de verão, a piscina municipal descoberta, sita no parque de campismo de Três Rios Maravilha, é utilizada por parte de vários centros de atividades de tempos livres, os quais solicitam frequentemente o apoio do Município de Mirandela, na redução do preço de entrada na piscina.

Considerando que as entidades sem fins lucrativos, por prosseguirem fins altruísticos, podem beneficiar de isenções parciais dos preços e taxas que constituem receita do Município de Mirandela, com vantagem para a comunidade, mais concretamente as crianças e jovens utilizadores da piscina municipal descoberta.

Propõe-se a redução de 0,50€ dos valores previstos nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 do artigo 16.º da Tabela de Preços do Município de Mirandela, respeitante a crianças dos 6 aos 10 anos e a jovens dos 15 aos 17 anos, mantendo-se a gratuidade das crianças até aos 5 anos.

Face ao exposto nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artigo 7.º e artigo 8.º do Regulamento de Taxas do Município de Mirandela, aplicados supletivamente, propõe-se que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a redução de 0,50€ dos preços previstos nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 do artigo 16.º da Tabela de Preços do Município de Mirandela, a todas as entidades sem fins lucrativos que exerçam Atividades de Tempos Livres (ATL).

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de redução de 0,50€ dos preços previstos nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 do artigo 16.º da Tabela de Preços do Município de Mirandela, a todas as entidades sem fins lucrativos que exerçam Atividades de Tempos Livres (ATL), conforme proposto.

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

14/-DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 07 de maio de 2024 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS -----	1.045.594,78€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	1.318.722,48€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	2.364.317,26€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

15/-DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 11/DAG de 07/06/2024 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 24 de maio a 06 de junho de 2024, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de 999.218,00 €:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	984.835,58 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	14.382,42 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

16/-DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 11/DAG de 24/04/2024 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 23 de maio a 05 de junho de 2024, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de 298.894,99 euros:

Nome do Responsável	Valores em euros
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira	10.625,49
Orlando Ferreira Pires	181.848,46
Vera Cristina Quintela Pires Preto	562,02
Vítor Manuel Correia	10.859,02

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim Esmeralda Pinto, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 15 horas e 50 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;

Júlia Rodrigues
Júlia Rodrigues

A Jurista;

Esmeralda Pinto
Esmeralda Pinto